

## TERMO DE REFERÊNCIA OFICINA DE TRABALHO

### AVALIAÇÃO NACIONAL DAS COMISSÕES INTERGESTORES BIPARTITE:

### AS CIBs E OS MODELOS DE INDUÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO NO SUS

#### 1. Introdução

As Comissões Intergestores Bipartites (CIBs) foram instituídas gradativamente nos estados brasileiros, entre os anos de 1993/94, conforme deliberação da NOB SUS 01/93, que as estabelecem como “instâncias privilegiadas de negociação e decisão quanto aos aspectos operacionais do SUS”. Às CIBs foi atribuído o papel de adequar as normas nacionais às condições específicas de cada estado e propor medidas reguladoras das relações estado/municípios e município/município na implementação do SUS.

Em 2009 o DAGD/SE/MS demandou a instituições parceiras (ENSP e Faculdade de Medicina da USP) uma ampla pesquisa nacional de avaliação do funcionamento das Comissões Intergestores Bipartites (CIB), com os seguintes objetivos:

- Mapear os processos de regionalização em curso nos estados, identificando seus condicionantes institucionais e políticos, impactos e inovações produzidas nos sistemas de saúde;
- Identificar a dinâmica de funcionamento das CIBs e suas inter-relações com os processos de regionalização nos estados;
- Avaliar as CIBs segundo sua capacidade de induzir:
  - Mudanças de relacionamento entre os gestores;
  - Novas iniciativas e experiências de regionalização em saúde;
  - A formalização de compromissos intergovernamentais voltados para a solução de problemas loco-regionais.

Para a consecução dos objetivos desta pesquisa foram desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Análise documental (planos, leis, normativas, regimento interno, atas)

- Análise dos gastos públicos em saúde nos estados
- Entrevistas semi-estruturadas
- Montagem de base de indicadores e análise de agrupamentos segundo a conformação e distribuição dos CGRs
- Revisão bibliográfica
- Visitas aos estados

## 2. Justificativa

Avaliar as políticas governamentais propicia um reforço da gestão das ações públicas, na medida em que fornece elementos para uma prestação de contas à sociedade e ao próprio Governo do que vem sendo feito pelos entes e órgãos governamentais. A avaliação permite a disseminação dos pontos a serem reforçados pelas ações públicas e aquelas em que é necessária uma mudança de rumos, contribuindo ainda para o reforço da cultura de avaliação pelos demais entes gestores do sistema de saúde e possibilitando aprendizado institucional. Além disso, a avaliação propicia a melhora da *performance* das estratégias e pode apontar para possíveis revisões no desenho e na elaboração de proposições de médio e longo prazo.

Reconhecendo a existência de funções compartilhadas entre os níveis gestores no âmbito do SUS a avaliação encomendada pelo DAGD permitiu elucidar:

- Em que medida as CIBs são capazes de gerar mecanismos eficazes de coordenação federativa e cooperação intergovernamental;
- De que forma esses mecanismos induzem à repartição adequada de funções, ao planejamento e à organização de sistemas de ações e serviços regionalizados, que extrapolam os limites político-administrativos das esferas governamentais envolvidas no processo de negociação;
- Quais os elementos trazidos pelo Pacto pela Saúde para o avanço desses processos;

- De que forma as CIBs se articulam com outras instâncias gestoras e organismos colegiados no SUS no âmbito regional; e
- Se essa articulação tem garantido institucionalidade e eficácia aos acordos intergovernamentais necessários à regionalização em saúde

### **3. Objetivos**

A partir das questões acima colocadas a Oficina de Trabalho aqui proposta, realizada mediante parceria entre o CONASEMS e o DAGD/SE/MS, apresenta os seguintes objetivos:

- Apresentar os resultados da pesquisa “Avaliação Nacional das Comissões Intergestores Bipartite: as CIBs e os Modelos de Indução da Regionalização no SUS”.
- Reunir representantes gestores de saúde com o objetivo de debater acerca dos avanços, das dificuldades e dos desafios para a estruturação das instâncias intergestoras estaduais CIBs e CGRs.
- .Debater e propor estratégias de implementação das inovações nas atribuições previstas para as CIBs e os CGRs, à luz do que preconiza o Pacto pela Saúde.
- Discutir estratégias de fortalecimento e de qualificação das CIBs e dos CGRs.

### **4. Público alvo**

Gestores das secretarias municipais e estaduais de saúde, além de outros interessados regularmente inscritos

### **5. Metodologia**

Em primeiro lugar, os participantes serão distribuídos em dois grandes grupos. O exercício consiste em destacar elementos importantes para o enfrentamento dos desafios e obtenção dos avanços nos processos de

regionalização, a partir das recomendações resultantes da pesquisa. O que se espera é propiciar um processo rico de discussão sobre as diversas experiências de regionalização utilizando os resultados da pesquisa para orientar o debate.

Para orientar e contextualizar a discussão dos grupos, os participantes deverão considerar as recomendações resultantes sobre constituição de CGR e processos de regionalização.

Cabe destacar que não é proposta do exercício comparar os resultados dos grupos com a realidade, mesmo porque a composição aleatória induz a constituição de grupos com experiências diversificadas.

## **6. Resultados esperados**

- Apresentar e disseminar os resultados da Pesquisa Nacional de Avaliação das CIBS e a base de indicadores sobre CGR para os gestores do SUS.
- Estimular a discussão sobre os processos de Regionalização em curso no país, a partir dos resultados e dos marcos teóricos da pesquisa visando à apropriação do estudo para compreensão e qualificação da gestão.
- Propiciar espaço para intercâmbio de experiências sobre os avanços e dificuldades vivenciados pelos gestores do SUS para implementação da Regionalização, de acordo com as diversidades das experiências.